**Exmo. Senhor,**

**Presidente do Grupo Parlamentar**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

*LOCAL, DATA*

**Assunto:  Pedido de efeitos retroativos a 01/09/2023 – alterações ao artigo 31.º do ECD**

**NOME, portador**(a) do cartão de cidadão n.º-------,  Docente em ----, do grupo de recrutamento --------, vem por este meio, requerer e expor a V. Exa. o seguinte:

**1.** No passado dia 29 de novembro de 2023, em sede de reunião de Conselho de Ministros, foi aprovado o decreto-lei que estabelece o regime de concursos destinados à seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação e dos respetivos polos.

**2.**      O diploma altera ainda o Estatuto da Carreira Docente, no sentido de ser reconhecido o tempo de serviço prestado por docentes com qualificação profissional para a docência em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo, para efeitos de conclusão do período probatório.

**3.**      É neste ensejo que vem o/a ora requerente, solicitar a Vossa intervenção de modo que seja feita a devida pressão junto do Governo para que, o diploma que vier a ser publicado no que se refere às alterações do ECD, produza efeitos jurídicos a 01/09/2023.

**4.**      Na realidade, o período probatório parece-nos ter apenas como objetivo medidas  economicistas, tendo em conta os frágeis requisitos exigidos para a sua dispensa, uma vez que serão aplicados, de forma indiferenciada e inclusivamente exigidos a docentes que contabilizam já vários anos de tempo de serviço total, no decorrer dos quais foram igualmente sujeitos à Avaliação do Desempenho Docente, e como tal já comprovaram, ao longo desse tempo, verificar-se, no seu caso, a existência de  total capacidade de adequação docente ao perfil de desempenho profissional exigível, só assim permitindo a continuidade do vínculo contratual com aquelas funções.

**Nestes termos e nos melhores de direito, requer-se a V. Exa. que se digne a considerar que tal alteração ao artigo 31.º do ECD, tenha efeitos retroativos a 01/09/2023.**

**Pede e Espera Deferimento.**

**O/A Requerente,**